

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

## REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Dos Srs. Luiz Couto)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Plano Nacional de Ações sobre Empresas e Direitos Humanos, a fim de que as atividades empresariais promovam e respeitem os direitos humanos.

Senhora Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de Audiência Pública para debater o Plano Nacional de Ações sobre Empresas e Direitos Humanos, a fim de que as atividades empresariais promovam e respeitem os direitos humanos, em especial os direitos das populações tradicionais, dos povos indígenas e o direito a um ambiente saudável e equilibrado. Para tanto convido os seguintes expositores:

- Representante da Conectas Direitos Humanos.
- Representante da Terra de Direitos.
- Representante do Centro de Direitos Humanos e Empresas – FGV.
- Representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos no Brasil.
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- Representante do Ministério Público Federal.
- Representante da Defensoria Pública da União.



- Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é um país de dimensões territoriais de grandeza continental, que busca se inserir no quadro das grandes nações desenvolvidas do planeta. Respeitar a natureza e os espaços onde vivem as populações tradicionais e indígenas deve ser uma prioridade de todos nós. Por essas razões, devemos nos habituar com a associação entre dois conceitos: Empresas e Direitos Humanos.

Segundo os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a matéria, embora tenha aumentado o número de empresas que se comprometam a respeitar os Direitos Humanos, ainda existem grandes desafios. Para os elaboradores dos Princípios Orientadores, é necessário construir um desenvolvimento econômico e social que priorize o respeito pelas pessoas e o meio ambiente.

O Brasil deve preservar suas florestas, rios e lagos, assim como a vida e a saúde das populações que vivem nesses ambientes, para tanto precisamos construir um quadro normativo que regula as atividades empresariais com foco em compromissos com os direitos humanos. Com esses objetivos em vista, a Audiência Pública que estamos propondo visa debater as políticas e regras que tratam da relação entre Empresas e Direitos Humanos.

Certos da relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 25 de março de 2024.

**Luiz Couto**

Deputado Federal PT/PB

